

Urdiduras... de olhares, saberes, lugares, falas, possibilidades, sujeitos: reflexões a partir de uma exposição

Warps... perspectives, knowledge, places, discourses, possibilities, subjects: reflections on an exhibition

Irene Portela*

Resumo: No artigo, começa-se por analisar representações sobre astronomia e ciência, bem como sobre Portugal e Brasil, expressas no desenho da *exposição Olhar o Céu, Medir a Terra* do MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins, como escolhas que exprimem construções e atualizações correntes de memória, num museu da cidade do Rio, que tem vínculos com o Observatório Nacional e com sua inscrição nas práticas nacionais de técnica e ciência. Faz-se isso através do recurso a uma perspectivação, uma fala, próxima dos eixos centrais da exposição, mais derivada de um 'olhar português'. Aporta-se, em seguida, com autores que destacam a importância de se considerar múltiplas vozes - vontade que os museus ultimamente parecem refletir -, embora de certa forma restritas às de 'especialistas' e 'disciplinares', para compor quadros de representações possíveis sobre nacional, que guardam um propósito de afetar a vida.

Dentre as instituições de memória inventadas na modernidade ocidental, os museus de história natural desempenharam a tarefa de procurar conciliar a memória de uma universalidade do saber científico com a construção das particularidades da nação e interesses locais - explicitando uma 'tensão' entre falas que é correlata à crescente reclusão assumida pelo fazer da ciência, e ao estatuto que se lhe confere, em que pese a centralidade da 'natureza nacional' como tema da história política e científica moderna, aspectos que se refletem nos museus, e nas exposições, que lidam com o tema. Por fim, parte-se da noção de Borges (2013) do museu como "intelectual coletivo" para refletir sobre possibilidades de correlação entre "lugares de memória" e memórias coletivas, e, sobretudo, de incorporação de falas e discursos alargados, em produções museais, em particular ligadas a cidade, a território, a nacional, e a sua inter-relação com 'ciência'.

Palavras-chave: representações do nacional, exposição do MAST; quadros nacionais; universalidade e particularidade; discurso museal

Abstract: The article starts by analysing representations of astronomy and science, as well as of Portugal and Brazil, expressed in the design of the exhibition *Look to the Sky, Measure the Earth* in MAST (*Museu de Astronomia e Ciências Afins* – Museum of Astronomy and Related Sciences), as choices which express constructions and updates of memory in a museum in the city of Rio, which has connections with the National Observatory, and with its inscription in Brazilian practices of science and technique. This is done through the use of a perspective, a discourse, close to the central axes of the exhibition, more derived from a 'Portuguese focus'. Afterwards we turn to the work of some authors who highlight the importance of considering multiple voices – a desire which museums have recently appeared to reflect -, although in a certain way restricted to that of 'specialists' and 'disciplines', to compose possible frameworks of representations of Brazil which have a purpose of impacting on life. Among the invented institutions of memory in Western modernity, natural history museums have carried out the task of trying to reconcile the memory of a universality of scientific knowledge with the construction of the particularities of the nation and local interests - making explicit a 'tension' between discourses which is correlated to the growing reclusion assumed by the 'making' of science, and

* Museu de Astronomia e Ciências Afins. Mestre em Antropologia Social (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ) e Doutoranda em Ciência Política (PPGCP/UFF). irenecristina@mast.br

the statute conferred on it, despite the centrality of the 'national nature' as a theme of modern political and scientific history, aspects reflected in museums and in the exhibitions which deal with the question. Finally, Borges' (2013) notion of the museum as a "collective intellectual" is used to reflect on possibilities of correlation between "places of memory" and collective memories, and mostly, the incorporation of expanded discourses in museum production, in particular linked to the city, the territory, the national, and its interrelationship with 'science.'

Key words: representations of the national, MAST exhibition; national frameworks; universality and particularity; museum narratives

27Out13

Oh Captain, my Captain...

Ariadne, às 21:41

Poucas coisas reforçam a ideia de solidão como ter um blog. Pelo menos comigo. Deixo-o órfão, à deriva, quando penso encontrar as soluções "lá fora", para regressar à base, tempos depois, humilde e cabisbaixa, pelo fio condutor que Ariadne me teceu. Voltar a este cantinho seguro pode ser assim interpretado. Pode também nada ter a ver com isso. Tratar-se apenas de uma questão de timing. A hora mudou esta madrugada, as noites estão mais longas. As reflexões, medos e anseios dilatam-se na mesma medida. Os dias estão mais frios e o Outono avança. "Winter is coming" poderia ser o mote para despertar os sentidos, perante desafios que se avizinham. Porém, apenas antevejo um longo deserto, semeado de carcaças de sonhos desfeitos¹.

1 Prólogo²

A sede do MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins, criado em 1985, ocupa o prédio que antes fora sede do Observatório Nacional - ON, quando transferido para o alto do morro de São Januário, no atual Bairro Imperial de São Cristóvão, a partir de 1913. A exposição, mote para a reflexão presente no artigo, liga-se diretamente ao vínculo forte do MAST com o ON: a astronomia e o acervo que o MAST 'herdou' do ON, foram seus detonadores iniciais.

O ON, antigo Imperial Observatório e, por um tempo, Observatório do Rio de Janeiro, tem seu 'marco fundacional' associado a decreto de 15 de outubro de 1827; apesar de só ser de fato implementado na década de 1840. Constituiria, como frequentemente reiterado, "uma das mais antigas instituições científicas brasileiras". A criação do ON esteve diretamente ligada à Escola Militar e à Academia de Marinha e seu principal objetivo, na origem, era "tornar possível, através do aprendizado, a prática, com instrumentos astronômicos e geodésicos" (VIDEIRA 2007, p.12). É comum referir-se uma tensão - remontada a partir das tentativas de dar uma nova feição à instituição empreendidas por diretores posteriores, particularmente Emmanuel Liais (que assume na década de 1870) e Henrique Morize (que se torna diretor em 1908), e em certa medida Luiz Cruls, embora com uma feição própria mas, de certa forma, acompanhando a ênfase buscada por Liais, seu antecessor - entre o ON como

¹ <http://fiodeariadne.blogs.sapo.pt/41036.html>. Acesso em 18 abr. 2014.

² O artigo não foi originalmente escrito com o tema do atual dossiê da revista *Museologia e patrimônio* em mente. Penso, contudo, que há uma contiguidade, pelo que neste prólogo procuro compor uma teia possível.

instituição eminentemente voltada para a 'prestação de serviços' ou para as atividades de caráter 'científico' (VIDEIRA, 2007; MORIZE, 1987; RODRIGUES, 2012). Neste sentido, a escolha pelo morro de São Januário, para transferir o Observatório do morro do Castelo³, tampouco atendeu essencialmente a propósitos 'científicos', que, aliás, em parte se viram frustrados. Videira sintetiza:

o local escolhido, uma vez mais contra a vontade da direção do observatório, foi a colina de São Januário, localizada no bairro carioca de São Cristóvão. Como em meados da década de 1840, era preciso que o observatório continuasse visível desde o porto da cidade. Após vários anos de construção, Morize conseguiu transferir o observatório, que começou a funcionar em seu novo local a partir de 1921. Contrariando as expectativas iniciais, a transferência não alçou o observatório ao nível científico desejado. Seu cotidiano continuava marcado pela prestação de serviços (VIDEIRA, 2007, p. 36).

Na gestão de Morize [1908-1930] e nos períodos seguintes - embora na gestão de Sebastião Sodré da Gama, sob estímulo essencial do astrônomo Domingos da Costa -, o esforço de fortalecer a ciência pura esteve associado à construção de um observatório em local com condições adequadas para pesquisa astronômica, o que não era o caso do morro de São Januário. É em 1981 que se inaugura oficialmente, em Brasópolis (MG), o Observatório Astrofísico Brasileiro, que se desmembra do ON em 1985 e passa a constituir o atual Laboratório Nacional de Astrofísica (VIDEIRA, 2007, p. 42-44). Atualmente, o *campus*, que tem cerca de 44 mil metros quadrados, abriga o Observatório e, como mencionado, desde 1985, o MAST, cujo prédio sede corresponde ao que era sede do ON. O acervo arquitetônico inclui dezesseis edificações consideradas de grande valor histórico, entre as quais a sede e os pavilhões que abrigam lunetas de observação, descritos no site do MAST como "exemplos típicos da arquitetura e da engenharia para a astronomia dos primórdios do século XX" (MUSEU..., [2013]). O conjunto arquitetônico e paisagístico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1984, e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, em 1987.

Como pensar então o tempo e o lugar na cidade desse *campus*, que se tornou um patrimônio estadual e nacional, da instituição ON - e MAST, como um todo -, do

³ Já em 1828 houvera um debate tanto quanto aos objetivos como com relação ao local de instalação do observatório, uma das razões por que demorou para efetivar-se:

D. Pedro I tinha pressa. Em janeiro de 1828, ordenou a criação de uma comissão, constituída por três professores das então academias militares, para determinar a localização, bem como as funções que seriam desempenhadas pelo observatório astronômico. No entanto, a comissão não chegou a um acordo, nem quanto à localização do observatório, nem quanto às suas finalidades. (...) Eustáquio Adolfo de Melo Matos e Cândido Batista de Oliveira, ambos do Corpo de Engenheiros e da Academia Militar, apontavam como local o morro de Santo Antonio, enquanto Maximiano Antonio da Silva Leite, professor de matemática da Academia de Guardas-Marinhas, dava preferência por dois outros, o do Castelo ou o de São Benedito, preferivelmente este (VIDEIRA, 2007, p. 13).

museu em si, da exposição *Olhar o Céu, Medir a Terra*, ao modo de construção, representação, memória, identidade? Muitas respostas seriam possíveis, algumas delas a partir da investigação da história, dos públicos e dos sentidos que atribuem a esse museu e a esse patrimônio. O que posso propor aqui é mais esquivo. O lugar e o tempo do *campus*, das duas instituições e, assim, do museu, têm uma inscrição razoavelmente forte no lugar e no tempo do bairro de S. Cristóvão, da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. Podem ser encarados como parte de uma tessitura que é tudo menos linear e que, em parte, é apresentada sob a tensão entre 'prática' e 'ciência'; numa analogia importante com a que se desenvolve desde o século XVIII, que observaremos adiante no artigo, entre o 'natural' - e a 'natureza nacional' - e o 'universal'.

Apesar de só ter começado a funcionar na década de 1840, os aniversários do ON, seu caráter de "uma das mais antigas instituições científicas brasileiras", são contados a partir de 1827. Estamos numa cidade, e num país pode-se dizer, onde a 'concretude' monumental e paisagística, como espécie de testemunho de passado e fonte de memórias, não lhe costuma ter atribuído um valor positivo importante. Tampouco é conferido espaço significativo à polifonia, considere-se-a a partir de grupos sociais ou dos atores que são perpassados pelas teias e processos sociais, não só em termos dos processos de tomada de decisão como de sua participação, direta ou indireta, na 'escolha' das formas da memória que serão privilegiadas. À frente do ON - e do MAST, pode-se dizer, no momento temporal em que se deu a atomização - estiveram personagens cuja voz tinha uma potência relativamente alta e que, nesse âmbito, foram atores importantes nos processos que conduziram a 'materializações', de lugares para 'ciência', astronômica, e para 'memória', da ciência e da astronomia, na cidade e no país. Uma inscrição concreta resultante foi o *campus*, no morro de São Januário, no Bairro Imperial de São Cristóvão; e foi também, um de seus muitos produtos possíveis, a exposição *Olhar o Céu, Medir a Terra*. O *campus* do ON - e do MAST - pode assim ser visto como uma dimensão com potencial relativamente duradouro - o que o 'tombamento' tende a enfatizar - num bairro que sofreu mudanças consideráveis, não necessariamente bem vindas, numa cidade que tende a acolher mal valores de permanência que poderiam estar associados à decantação física das experiências sociais anteriores - e correntes. Uma exposição como a que se analisa, embora se manifeste em parte como "lugar de memória" - ponto que tocaremos no artigo -, não deixa, ainda que com caráter mais volátil, de constituir uma ponte, não uma 'permanência' mas ao menos uma busca de estabelecer elos entre memórias ligadas ao que foi e o que se constitui hoje -

possibilidade, ao menos relativa, de 'obra aberta' e, assim também, aberta a um devir que, nada nos impede pensá-lo, será mais interessante se mais fruto de polifonia.

Exposições, museus, bairros, cidades não são entidades cristalizadas, nem no tempo nem no espaço. Como tampouco os sujeitos que por eles e com eles transitam. A propósito do "intelectual museu", Borges (2013) destaca as limitações inescapáveis às possibilidades de instituições afetarem o tempo e o espaço - próprios do capitalismo -, aqueles onde estamos situados como sujeitos. Todavia, há lugar para se imiscuir e agir na teia da vida, na medida mesma em que os deslizamentos, a incompletude e a opacidade são características da existência - e que apontar esse fato é, em si, uma forma de ampliar a visão, ao romper com algumas das certezas e axiomas com que o mundo é tão frequentemente apresentado no capitalismo. Ciência e prática, natural, nacional e universal, são instâncias que operam e são operadas pelas representações e pelas memórias. A exposição que serviu de mote para este artigo pode talvez ser vista como elo nessa teia necessariamente fluida que as interliga. Caberia então imaginá-la como 'boa para pensar', "museu, patrimônio, tempo e lugar na cidade", elemento tão ou tão pouco evidente quanto uma multiplicidade de outros nesses pequenos festins de Esopo que Octavio Paz (1993) nos evocava, de que, não obstante todas as restrições, ainda podemos participar.



Figura 1 - Contornos de uma cidade
Foto: Serviço de Produção Técnica MAST/MCTI, 2001

2 De olhares

Montaigne (1580, 19__) defendeu num de seus ensaios que o hábito não é uma segunda natureza, ele é a natureza. No famoso “Dos canibais”, ele afirma que consideramos bárbaro tudo o que não se pratica na nossa própria terra, descrição precisa, *avant la lettre*, do que seja etnocentrismo, com que aí mesmo rompe. A pretexto dos Tupinambá, do que viria a ser o Rio de Janeiro, Montaigne fala de e para si próprio e da sociedade sua contemporânea. O olhar para os Tupinambá é um olhar que parte e reverte para si. Certamente não é fortuito, nem o único possível. É, todavia, um olhar para os hábitos, para a 'natureza', que serve como marco e mote para projeções possíveis; âncora para os processos constantes de identificação e transformação do próprio olhar e, num mar maior, de outros olhares. Como Sarah Bakewell (2012, p. 195) coloca, para ele, "o hábito torna tudo insípido, induz ao sono. Adotar uma perspectiva diferente é uma maneira de despertar de novo". É isto que fazia com que os povos da América do Sul não fossem fascinantes apenas em si mesmos: "Constituíam um espelho ideal, no qual Montaigne e seus compatriotas podiam 'reconhecer-se de um ângulo adequado', despertando-os de seu sonho presunçoso" (BAKEWELL, 2012, p. 202).

Participei da equipe encarregada do desenho da nova exposição de longa duração do MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins, inaugurada no final de 2011, sob o nome de *Olhar o Céu, Medir a Terra*. Sou portuguesa, embora more há muito tempo no Brasil. Não venho da área de história ou história da ciência mas sim da antropologia e da ciência política. Esta conjunção contribuiu para que desenvolvesse um olhar peculiar para o eixo e o encadeamento dados à exposição, ao longo do próprio envolvimento com os debates e a pesquisa que desembocaram na montagem final. Neste artigo pretendo aproveitar o 'estranhamento' facilitado por minha posição para destacar elementos da exposição e de 'discursos' aí decantados. Desta forma, não se trata de uma 'avaliação interna', da historiografia ou da expografia, mas sim de ressaltar pontos que, essa é a hipótese, subjazem uma leitura de astronomia, ciência, história da ciência, inclusive na sua relação com os desenhos de Brasil, e constituem, deste modo, traços de narrativas atuais sobre a própria história nacional, que inclui ainda uma apropriação, a partir de cujos aspectos de refração, espacial e temporal, em última análise me coloco, sobre Portugal e história e ciência em Portugal. Os profissionais envolvidos no desenho da exposição estão imersos nos debates correntes de história da ciência no Brasil - e na sua apresentação museal -, de que, inclusive, são protagonistas. A minha posição, 'dentro e fora', nos

níveis que aponte, permite perceber e destacar elementos relativamente 'opacos' para quem milita 'dentro', situar-me do modo que Geertz prevê em "Do ponto de vista dos nativos". Não se trata de nativos, "no sentido estrito do termo" (GEERTZ, 1998, p. 86), senão antes de projeções 'materializadas' numa exposição. Não deixam, contudo, de exprimir uma configuração específica, 'nativa', que busquei 'estranhar' a partir de um certo cotejamento com configurações próximas, que me são familiares. Se a brincadeira é permitida, vali-me também da sensibilidade que ajuda a que antropólogos consigam "que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou (...) nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar" (GEERTZ, 1998, p. 106-107) para, depois, construir o atual esforço de reflexão sobre sentidos da exposição, falas sobre história, ciência, território, Brasil e Portugal que lhe subjazem, bem como sua relação com outras construções e possibilidades, polifonias, sobre cidade, Brasil - e formas de expô-los.

Nas últimas décadas, houve uma valorização historiográfica significativa da produção científica brasileira. Essa novidade esteve ligada a alterações mais amplas na teia fluida de representações coletivas correntes, que também ajuda a produzir, inclusive sobre o Brasil colônia e sobre Portugal 'colonizador'. Não é que tais leituras jamais tivessem alguma fixidez - embora imaginários historiográficos correntes até a década de 1950 tendessem a atribuir-lhes um caráter relativamente constante. Formam, todavia, uma espécie de 'constelações' com certa congruência. O que primeiro busco apontar é, precisamente, parte da nebulosa de representações atualizada na exposição, que componho via contraste com traços historiográficos sobre Portugal e Brasil impressos em minha trajetória pessoal e que, de alguma forma, foram despertados pela participação no desenho da exposição.

Não se pode pretender que a exposição, qualquer exposição, seja mera transposição de representações coletivas, nem mesmo no sentido como Durkheim as encara n' *As formas elementares da vida religiosa*, com sua "valorização do simbolismo coletivo como princípio fundante da realidade social" (PINHEIRO FILHO, 2004, p.139). Um discurso expositivo, todavia, está necessariamente situado em ambientes, tempos e questões, que cabe, de forma útil, encarar como associados a representações com certa congruência. Esse discurso destaca determinados elementos do conjunto, para cuja decantação com maior intensidade no imaginário coletivo acaba, por seu turno, por contribuir. Desta forma, não deixa de ser uma representação construída, um objeto histórico em si, cuja historiografia Pierre Nora propõe na clássica coleção *Les lieux de mémoire*. No Prefácio à edição em língua inglesa, Nora sintetiza:

(...) to blur the distinctions between the greatest and most brilliant accomplishments of French history and tradition and the humblest

instruments for fabricating that history and that tradition, and to do so runs the risk of appearing to diminish those accomplishments. Therein, however, lies the very principle of this project, whose ambition is to think about the nation without nationalism and about France without any universalistic *a priori*; whose inspiration is almost ethnographic; and whose method therefore consists in shedding light on the construction of representations, the formation of historical objects over time. It incorporates a dimension of analysis familiar to Americans but by its very nature long foreign to the spirit of French history: the historiographic dimension (NORA, 1996, p. xxi).

Pode-se, por outro lado, para continuar com Nora, pensar o desenvolvimento de uma exposição como um processo de construção de "lugar de memória", associado ao exercício da história por um corpo de especialistas, de acordo com uma seleção essencialmente racional. Na síntese feita por Abreu (1996), Nora distingue a memória social, que permeia todas as sociedades em todas as épocas, da história, uma construção da sociedade ocidental, associada à segmentação dos saberes em disciplinas, própria do Iluminismo e ocorrida em finais do século XVIII na Europa. Nos termos de Abreu, para Nora, "o exercício da memória depende apenas de uma vivência em comum, sendo também fundamental para a vida em sociedade". Já "o exercício da história liga-se necessariamente à ação de um corpo de especialistas altamente treinados: historiadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, cientistas sociais". Além disso, "seleções efetuadas pela memória são sempre afetivas, nunca da ordem da razão. Já as seleções regidas pela história são única e exclusivamente racionais. Visam a grosso modo dar conta de um grande número de informações e nunca reviver uma experiência singular". Haveria "uma tendência crescente no Ocidente de esvaziamento e perda da memória seguida do aumento da percepção histórica". Isto estaria ligado ao crescimento de instituições, datas, eventos, arquivos, bibliotecas, monumentos, "lugares de memória", associados a profissionais orientados para a preservação e catalogação dos "fatos da memória". Ainda segundo Abreu (1996, p. 37-38), para Nora, "cresce o número de 'lugares de memória' na mesma proporção em que a memória coletiva se esvai". A chamada "memória nacional" seria um dos "últimos baluartes da memória coletiva na sociedade ocidental moderna", onde "movidos por uma memória comum (a memória da nação), os indivíduos revisitam ritualmente experiências que tocam a todos, reforçando laços de identidade".

O olhar que busco lançar para o desenho da exposição não escapa, evidentemente, a certa arregimentação por cânones ligados à construção de "lugares de memória", inclusive como decantados no ensino escolar em Portugal e como vêm a basear relatos históricos 'nacionais' e sobre 'ciência' razoavelmente onipresentes. Está, todavia, numa espécie de interface com a dimensão de memória coletiva que a

"memória nacional" constitui - com todos os seus esfacelamentos e assumindo-se que suas composições, sempre tênues, se tornaram, em grande parte, rebatimento de visões definidas por especialistas. O potencial heurístico desse olhar seria pois contribuir para a não naturalização dos discursos e da história da ciência que se 'materializaram na exposição'; um caminho, ainda que paralelo e fora dos cânones usuais, de sua leitura historiográfica. Uma concepção subjacente à exposição, apresentada no vídeo que a 'fecha', foi que "a ciência é uma forma de compreensão e explicação do mundo que coexiste com outras formas de conhecimento" e, mais, que "levantar novas perguntas e reformular questões tradicionais" é o modo como a ciência e a tecnologia e, assim, o próprio saber historiográfico, se processam. Para Sardar (2001, p. 31), um dos principais objetivos que os estudos sobre ciência colocam é "[to] interrogate the kinds of questions science asks, what type of solutions it seeks, and the implicit assumptions that order its operations and practices". Creio estar, mesmo que minimamente, operando nesse sentido.



Figura 2 - Caravelas comuns
Foto: Serviço de Produção Técnica MAST/MCTI, 2001

3 De saberes, ciências e lugares

A sensação inicial que tive diante dos primeiros temas da exposição foi de reconhecimento. Falava-se de mar, de céu e terra. Partia-se do que uma criança portuguesa aprende logo muito cedo, só sem tocar na lá sempre presente Escola de Sagres. Os antecedentes que tão extensamente se apresenta em Portugal, a ‘constituição de nacionalidade’, via consolidação dinástica e territorial, que teriam sido condição para a ‘partida para o mundo’, não surgiam. Tampouco havia referência ao que uma historiografia comum apresenta: a miríade de motivações, de ordem religiosa, comercial e expansionista, e as visões de mundo que teriam estado por detrás do empreendimento dos Descobrimentos (cf. PORTELA, 1982).

Partia-se do “Mar Português” de Fernando Pessoa (“Ó mar salgado, quanto do teu sal / São lágrimas de Portugal! // (...) // Deus ao mar o perigo e o abismo deu, / Mas nele é que espelhou o céu” [PESSOA, 2009, p. 75-76]) e o destaque era a qualidade da ciência portuguesa. Presumia-se, ‘apercebi-me’, que haveria uma desvalorização do saber feito em Portugal que devia ser revertida – e essa preocupação na verdade subjazeu as construções relativas ao período dos séculos XVI a XVIII. No olhar de fora que posso permitir-me, é como se a imagem persistente a transformar fosse a assumida aqui em torno dos imigrantes portugueses, de literalidade e incapacidade de percepção de nuances, coetânea à de um Brasil que não se encara de forma ‘séria’ (PORTELA, 1992). A qualidade científica presente no ‘encontro’ e desenho inicial de Brasil teria então a capacidade – e exerceria a função necessária – de diluir essa ‘vergonha’ injustificada.

A familiaridade que originalmente sentira era, assim, algo ilusória – um pouco ao modo da imagem invertida do espelho (e do espelho de Alice). Não havia, como apresentado na versão de senso comum em Portugal, a ideia de um antigo curso paulatino de eventos, há tempos em desenvolvimento. Sem dúvida, estava presente a noção, também lá vulgar, da existência de um propósito, uma reflexão e uma observação sistemáticos – quase afins ao que se costuma associar ao ‘fazer científico’ da era contemporânea. Havia, contudo, uma diferença importante: ao invés de uma ‘sequência natural’, o referente era o ‘saber’, e a articulação de saberes, que haviam acabado por estar envolvidos na ‘fundação’, no ‘encontro’ e construção inicial do Brasil (claro que havia plena noção que o empreendimento português tivera outros desdobramentos, mas o viés deliberado era o do Brasil). Os instrumentos, as aulas, o conhecimento empírico e abstrato e seus usos, conferem ao país um território muito feito de mar e céu e dessa apropriação da ciência em Portugal, por tal forma ‘transportada’ para o Brasil.



Figura 3 - Visões de réplica de astrolábio
Foto: Serviço de Produção Técnica MAST/MCTI, 2011.

Durante um bom tempo intitulei o arquivo com o roteiro do primeiro tópico “Deus ao mar e maravilhas”. Deus ao mar de *Mensagem* de Fernando Pessoa e maravilhas das descrições comuns ao período. Novamente, a presença jesuítica é algo comumente referido em Portugal mas há uma diferença, um deslocamento que se poderia dizer de ordem temporal. Lá, a questão jesuíta tem menor destaque, é oferecida mais em contraste ao iluminismo português e aos “estrangeirados”, já no século XVIII. Afinal, eles estão ocupados demais com as paragens além-mar... Na exposição, caminhou-se por buscar outras ‘contribuições’ à ‘ciência no Brasil’ e aos falares sobre o Brasil – e cristãos-novos certamente apareceram. Coube, todavia, desenhar aí, como parte importante, um território que mescla terra e imaginário, indígenas que se misturam com terra, plantas que se associam a santos, reflexões de toda ordem e com objetivos bastante variados; numa associação, que pareceria quase inevitável, entre o desenho jesuíta e o Brasil. Há uma continuidade, em parte impressa pelas falas, tanto ‘maravilhosas’ como, pouco depois, de caráter mais ‘científico’, jesuítas.

Em Portugal não se duvida do propósito que conduziu à ‘grandeza’ dos Descobrimentos (e dos empreendimentos político-comerciais de vária ordem na África, Ásia e Brasil). Por seu turno, 1580 e os sessenta anos do domínio espanhol são a ‘mácula’, o sinal do fim do que fora uma rota brilhante e cujo curso nunca seria

recuperado (o discurso pode ser mais ou menos sofisticado mas é reproduzido em vários níveis). Com o que desenhamos na exposição, no Brasil, ao invés, travar-se-ia a mistura, que não mira fora senão, antes, estaria na origem dos desenhos internos – e, inclusive, da ‘esperteza’ envolvida em revelar apenas parte da ‘ciência’ a que se recorre para ‘ganhar’ o novo território. Dito de outra forma, o ‘território’ português, na visão até hoje presente na ex-metrópole, é o do conhecimento do mundo do soneto de Camões:

Vês aqui a grande machina do Mundo, / Etherea, e elemental, que fabricada / Assi foi do saber alto, e profundo, / Que é sem principio e meta limitada. / Quem cerca em derredor este rotundo / Globo, e sua superficie tão limada, / He Deos; mas o que he Deos ninguem o entende / Que a tanto o engenho humano não se estende (CAMÕES, apud D’EÇA, 1894).

Já na visão que aqui construímos, o território brasileiro estaria ligado à mistura e à defesa do elemento edênico - ainda que sob as composições mais variadas -, por jesuítas como Nóbrega e Anchieta, como na afirmação deste de que “até nas pedras há com que admirar e portanto exaltar a onipotência de Deus Nosso Senhor” (ANCHIETA, apud LEITE, 1955, p. XVI). Há também visões que combinam sem maiores dificuldades maravilhas e terrores. O conjunto trabalha várias definições da “terra de Santa Cruz”, indo em muitos sentidos; e é como se a multiplicidade fosse a característica do novo território em desenho. Domínio espanhol e ocupação holandesa são itens desse quadro composto que não haveria por que pensar que alterem significativamente.

O eixo da ciência como que vem se apôr a tal concepção. Avançou-se no tempo e os ‘saberes’ astronômicos - e matemáticos correspondentes - ganham destaque e circulam na Europa. É como se houvesse um afã de conhecimento em certa medida mais desligado da associação precedente com os ‘fazeres’, como na preparação dos cartógrafos e pilotos dos Descobrimentos. As cortes paulatinamente se interessam por tal saber, tanto a título de ‘curiosidade’ como para ‘fins úteis’. O destaque dado na exposição a esse lugar da ciência, feita em Portugal e no Brasil no período, coaduna-se com um esforço de ‘reversão’ da imagem que era corrente, aqui como na antiga metrópole. Não à toa, trabalhos científicos produzidos na época ‘desapareceram’ - um daqueles fenômenos que evidenciam o viés que marca o olhar -, foi-lhes apostado o selo de ‘inexistência’, que historiadores atuais, daqui e de lá, tentam retirar⁴. Quanto a esse período, o Brasil que desenhamos aparece assim marcado por

⁴ Um dos exemplos de ‘trabalho desaparecido e encontrado’, a que se deu destaque na exposição, é o *Sistema físico-matemático dos cometas* de José Monteiro da Rocha (2000), cujo manuscrito foi ‘resgatado’ na Biblioteca Pública de Évora na década de 1990.

um fazer e uma reflexão 'científicos', onde, como na Europa, visões divergentes se apresentam; espécie de 'antecedentes' da aplicação mais deliberada dos conhecimentos pelos "engenheiros-cartógrafos"⁵ que seriam encarregados de mapear o Brasil.

Como penso ter ficado claro na seção introdutória, não há presunção de contestar a relevância de qualquer escolha historiográfica feita. As visões e os territórios desenhados, contudo, nada têm de fortuitos, até por acompanharem - ao mesmo tempo em que definem - as regras melhor estabelecidas da pesquisa historiográfica, seus 'protocolos', modos, etapas e detalhes. Esse tópico inicial da exposição, que para tantos caminhos se orientou, como que definiu um território feito de 'fases', ancorado num 'labor científico' prévio, ligado à metrópole, mas também calcorreado a partir da 'nova terra' - com sua enorme quantidade de remissões possíveis - na qual, então, uma continuidade, uma 'certeza territorial', como que se inscrevia, ganhava curso⁶. O Velho do Restelo, antecipadamente, estava certo - e não deixava de incorporar o vindouro Voltaire. As naus ainda não haviam saído mas ele pressageava o que seria o caminho português: ousar para construir um caminho que escapará a Portugal; e que será de outras terras. (E por que a ousadia e a reconquista de terras pequenas mas suas não retornarão a Portugal? - podemos imaginar essa ideia em Camões?).

Na exposição, o conhecimento científico e as contendas diplomáticas funcionam como eixo de um 'segundo momento' territorial brasileiro. É como se a América tivesse deixado de ser 'o novo', como se 'o mistério', o 'sublime' perdessem seu lugar - como que replicando a relativa derrota da leitura de Vieira do significado da passagem do cometa em Salvador em 1695⁷. A corte, as manobras, o 'uso dos saberes', continua do lado oriental do Atlântico mas a 'massa territorial', embora ainda algo informe e carente da investida propiciada por esses jogos, impõe-se. O governo

⁵ Na historiografia, as figuras dos "pilotos cosmopolitas" e dos "engenheiros cartógrafos" estão associadas ao trabalho de Jaime Cortesão. Um trecho constante do roteiro que se elaborou para a exposição onde aparece: "Mas, entre a primeira e a segunda fase, entre os pilotos cosmopolitas e os engenheiros-cartógrafos e delimitadores, embora a diferença seja grande, persiste um laço e continuidade vigorosa de cultura. As duas técnicas relacionam-se pelo mesmo denominador comum - o sentido fundamental do espaço" (CORTESÃO, 1984, II, p. 379).

⁶ O tópico será retomado adiante. Entretanto, de uma miríade de contrapontos possíveis, pode-se trazer à tona "O Brasil como representação: leitura crítica de 'O que se deve ler para conhecer o Brasil' de Nelson Werneck Sodré", onde Afrânio Garcia Jr. lida com o livro de Sodré para "tentar apreender determinadas relações entre discursos materializados em 'livros' num 'livro' que tem como proposta fornecer uma lista de obras e um roteiro para 'Conhecer o Brasil'" (GARCIA Jr., 1981, p. 30). Na operação de confrontos que busco operar aqui, o 'deslocamento' espacial e temporal é aspecto assumido. O texto de Garcia Jr. é um onde também se destacam acionamentos de categorias de desenho de 'Brasil', análogos aos operados - e, ao menos em parte, contraditórios - na historiografia subjacente à exposição.

⁷ Como marcado na exposição: "se acaso não o entendes assim e és do número daqueles que chamam aos cometas causas naturais e não reconhecem neles outro mistério ou documento mais alto, eu te afirmo que essa mesma incredulidade e dureza é já um efeito fatal do mesmo cometa e princípio dos castigos que por ele e com ele pode ser que nos venham anunciados" (VIEIRA, [1710] 1952, v. VII, p.2)

português é assim - e aqui há uma espécie de visão comum, com parques deslocamentos, entre o que se divulga lá e aqui - como que compelido a lidar com essa 'natureza gigantesca' do território brasileiro, que se teria constituído, na concepção que subjaz a exposição, em parte por um fito definido mas que também teria encontrado eco nas visões que agregam possibilidades e mundos.

Mais uma vez, Portugal é retratado como uma metrópole cujas políticas são argutas e deliberadas. O interesse do rei, de modo análogo ao que ocorre em outras cortes europeias, pela astronomia vai par e passo com a instrução para que se desenvolva o 'conhecimento' do território brasileiro. A técnica do saber e do segredo, espécie de base de uma diplomacia astuta, seria claramente dominada pelo governo português. Curiosamente, este período tem uma representação semelhante em Portugal, como se típica de um absolutismo ilustrado. Todavia, a versão se altera, ou ao menos se empana, quando acompanhada de um fio mais longo, que ligue ao Brasil e tal como presente, pois, nas leituras mais vulgares. Aí, a imagem é de esforços jogados fora, uma ideia persistente do fim definitivo da 'grandeza nacional' que a independência brasileira marcaria de forma indelével (e que, não por acaso, se vincula à guerra civil e à luta entre liberais e absolutistas em Portugal entre 1828 e 1834). Aqui é como se o 'saber' viesse de fato a inscrever o território brasileiro. Há um caminho que vem de trás, de antes do 'encontro', que agora ganha o aspecto de um 'conhecimento de Estado', a ser usado para garantir a integridade da 'massa territorial' e para defini-la nos limites do que seja considerado adequado. As viagens filosóficas seriam um elemento de 'incorporação' de várias dimensões, em parte resgatando algo do 'maravilhoso' - muito embora sob a perspectiva da 'sistematicidade' - do território. Nos movimentos que destacamos, a metrópole quer e deve conhecer e integrar o que há no Brasil, um fisiocratismo cuja visão, inclusive a associada a Frei Mariano Veloso e à Casa Literária do Arco do Cego, é de 'destinos' ligados e de uma 'grandiosidade brasileira'. Por outro lado, os movimentos independentistas como que passavam ao largo do 'empreendimento do saber', na própria medida em que o conhecimento ganhava caráter crescentemente universal. Aliás, pode-se pensar que o mesmo ocorria com os ideários políticos que conduziram à Independência e à Revolução Americana e à Revolução Francesa, mas o fato é que não escolhemos estabelecer conexões entre os dois fenômenos.

O cenário da última parte da exposição é o de um Brasil existente por si, uma espécie de terceiro momento. A ciência em geral, e a astronomia em particular, tem um papel forte no desenho que o 'gigante' assumirá. Por um lado, o que se escolheu

destacar foi a 'autonomização' crescente do saber e o lugar que a 'ciência feita no Brasil' aí assumiu. Por outro lado, como esses saberes fizeram parte dos processos de conhecimento interno e definição dos limites territoriais brasileiros. Os percursos - de certa forma como nos períodos anteriores - foram feitos de ciência e de política, na sua vertente diplomática para o que toca aos limites exteriores e na sua vertente planejadora no que toca, por exemplo, à delimitação do quadrilátero onde Brasília viria a ser construída.

Uma visão persistente penso ser a de Brasil no mundo - que vai em paralelo à de ciência no mundo - e a antiga metrópole foi deixada definitivamente para trás. Neste sentido, não é por acaso que se destacou a conferência internacional, mantida em Washington em outubro de 1884, para fixação de um meridiano inicial comum, na qual o instrumento de trânsito do Observatório de Greenwich acabou por ser escolhido como meridiano zero e onde o Brasil teve participação relevante⁸. Talvez se deva destacar que nesta parte da exposição esteve em cena mais um ator de peso: o Imperial Observatório do morro do Castelo e o conjunto do *campus* no morro de São Januário onde hoje ficam o Observatório Nacional e o MAST. 'Histórias' e disputas associadas ao Observatório, atividades eminentemente científicas e esforços de vulgarização da ciência, instrumentos construídos sob os auspícios de seus membros, participação em exposições e em diversas comissões de mapeamento do Brasil, foram aspectos que se considerou não haver como deixar de tratar. Como se a autonomização crescente do 'Brasil' de certa forma replicasse a autonomização crescente da ciência, inclusive em termos dos processos de ligação e desenredamento do controle político sobre o seu desenvolvimento, para além das exigências de 'desempenho'.

A outra visão significativa, coerente com a remissão deliberada ao "mito da Ilha Brasil", é a do Brasil mundo, que corresponderia, ao nível de senso comum, à imagem do gigante ainda a conhecer e a explorar - pela via da ciência e da política, mas de uma política restrita, que está longe de interligada à população do país. A crescente circulação do conhecimento entre a 'comunidade científica mundial' também correspondeu à ampliação do público leitor, em geral e no Brasil, e interessado em assuntos 'de ciência'. É por este viés, de uma espécie de 'opinião pública', que os brasileiros teriam acompanhado os resultados de comissões e expedições de demarcação de fronteiras e de exploração de áreas. Deste modo, talvez se possa falar na imagem de Brasil - num paradoxo só aparente - como ainda vago e carente de

⁸ Aliás, pode-se considerar, mesmo que um pouco de brincadeira, sintomática a falta de estranheza - a não ser minha - que a ausência de Portugal da conferência inicialmente representou.

investimentos - de ordem científica e também política - no próprio momento em que suas fronteiras físicas continentais são instituídas; em contraponto com a que aparece em Portugal.

O Brasil ganha contornos externos que o tornam um dos maiores países do mundo. A geografia, associada que esteve aos 'investimentos' científicos, com destaque para os de ordem astronômica, como que se mostra o terreno próprio para essa representação de grandeza nacional e de possibilidades abertas de futuro, internamente e no cenário internacional. Neste sentido, o que refrata representações correntes na antiga metrópole (cf. PORTELA, 1982; PORTELA, 1992), o lugar de Portugal é numa ordem de leitura mais antiga, da história, da história do Brasil e da ciência associada a Brasil. A dimensão do universal na ciência se ampliou e, nesse olhar corrente hoje em dia, as possibilidades de Brasil se coadunariam perfeitamente com tal expansão. Não à toa, o projeto salazarista colocava Portugal como independente e alheado do mundo, o 'jardim à beira mar plantado'; cuja pequenez - como cuja 'grandeza' ter ficado relegada ao passado - deixava de ser uma questão. Para além da experimentação política, no período inicial em que foi possível, a Revolução de 1974 marcou o fim dessa tentativa de insulamento (cf. AUGUSTO, 2011). A renovada 'participação no mundo', que acabou por estar associada a uma ideia de que não havia caminho a não ser a imersão na então Comunidade Econômica Europeia (para um exemplo, vide, INFOPÉDIA, 2013), implicou num abandono do olhar para o 'passado glorioso', para a história do propósito e realizações dos séculos XV e XVI como representação nacional privilegiada. De certa forma, como que a recuperação de uma outra 'história', um outro tipo de memória, abre-se então a partir do Brasil - e, assim, dessa leitura sobre a ciência portuguesa que se integra com as apropriações da ciência no 'encontro', desenho e configuração de Brasil que procuramos destacar na exposição⁹.

⁹ Com maior destaque nas duas últimas décadas, houve, em Portugal, um esforço de recuperação historiográfica do papel do país, e da Península Ibérica, na formulação e na gênese de saberes científicos, em sintonia com o que se comentou que ocorreu no Brasil. Em março de 2013, foi inaugurada, em Lisboa, a exposição, *360° - Ciência Descoberta*, com curadoria de Henrique Leitão, que trata do período das grandes viagens oceânicas. Em texto de apresentação,

revela-se o fascínio com as novidades do mundo natural americano e asiático, a crítica do saber antigo, o estabelecimento de novas práticas empíricas, a disseminação de conceitos científicos pelos estratos menos instruídos da sociedade, os melhoramentos técnicos, os processos e as instituições de acumulação e gestão de novos conhecimentos e como estes aspectos jogaram um papel significativo no nascimento da modernidade científica europeia (PELICANO, 2014).

Nos termos do curador, "esta exposição não procura heróis. (...) centra-se sobretudo no esforço comum que envolveu pilotos, cosmógrafos, matemáticos, naturalistas e muitos outros, esforço ignorado por uma historiografia internacional focada nos génios da ciência, e por uma historiografia nacional dada a extremos, oscilando entre triunfalismos e derrotismos" (LEITÃO, 2013).

4 De falas

José Carlos Reis, em *As identidades do Brasil*, procura trazer vários "intérpretes", para compor uma galeria possível de leitura do Brasil, que desmembra em duas correntes, a do "descobrimento do Brasil (1850-1930)", onde, no livro, escolheu incluir Varnhagen e Gilberto Freyre, e a do "redescobrimento do Brasil (1900 a 1960-70)", onde optou por inserir Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Reis parte da ideia de Koselleck de que o "presente muda e, nesta sua mudança, o passado e o futuro são constantemente rearticulados, obrigando à reescrita da história" (REIS, 2007, p. 9). Propõe que se pense num "progresso dialético e não linear" (REIS, 2007, p. 12) para ler as interpretações sucessivas com que aporta. O Brasil, assim, seria conhecível "não através de uma ou outra interpretação particular e isolada, mas pelo conjunto delas, pelo confronto e diálogo entre as várias interpretações feitas em épocas distintas" (REIS, 2007, p. 13). Nas leituras dos vários autores, "percebem-se as concepções diferenciadas do tempo histórico brasileiro que em cada momento da história do Brasil puderam ser formuladas". Isto faz com que haja ainda uma outra dimensão a considerar: "estas representações históricas retornam à realidade social, reproduzindo-a ou alterando-a" (REIS, 2007, p. 13). Reis apoia-se igualmente em Ricoeur, para comparar o contemporâneo e o historiador com o sonhador e o narrador do sonho. Nesse sentido, "o sonho e o vivido são inabordáveis em si: deixam vestígios, lembranças, com as quais se tece uma narrativa totalizante. Tal narrativa é um esforço de interpretação do sonho/vivido, de decifração, de reconstrução e compreensão. Ela será tentada a cada dia, todos os dias" (REIS, 2007, p. 19-20). A conversa entre os autores das duas correntes, dos 'descobridores' e dos 'redescobridores', é áspera, tem um tom de luta, elemento associado ao caráter de "verdade poliédrica" como Reis quer encarar o país, na sua ambição de, "através dos seus intérpretes postos, justapostos, superpostos e contrapostos, contrastados e articulados, alcançar uma compreensão mais ampla do Brasil" (REIS, 2007, p. 19). De certa forma, a proposta é ainda mais aberta, donde o recurso a Ricoeur; dirigir-se além da narrativa. Por um lado, "não há leitores definitivos de um texto, não há decifração conclusiva do sonho, não há narrativas esgotadoras do vivido histórico". É por isso que "a história é sempre reescrita". Por outro, "a narração toca indiretamente o sonhador, (...); a interpretação histórica toca indiretamente em sua vida os homens". A reescrita teria então uma abrangência vasta e, para Reis, não deixaria de revestir-se de certo caráter de 'mestra da vida': "os sujeitos históricos informados pelas interpretações, localizados, quando sonharem com o futuro e o

passado, terão menos pesadelos, e quando viverem, no presente, encontrarão os melhores meios e termos para expressar seus interesses e realizar os seus projetos" (REIS, 2007, p. 30).

No "Prefácio à edição de língua inglesa" de *Les lieux de mémoire*, Pierre Nora considera que, grosso modo, teria havido três tipos de história nacional, no referente francês. O primeiro, criado por Michelet, visava a integração dos fatos materiais e espirituais num todo orgânico, uma entidade viva. O segundo tipo estaria bem exemplificado no trabalho de Lavissee; seu objetivo era confrontar toda a tradição nacional com os documentos arquivísticos, exemplo acabado de positivismo republicano. O terceiro, criado por Braudel, sintetizado nos *Annales*, almejava utilizar os resultados das ciências sociais para caracterizar os diferentes estágios e níveis de *durée*, integrar a geografia na história, ir além dos ciclos econômicos e tornar os conceitos marxistas menos rígidos de modo a adaptá-los ao meio francês (NORA, 1996, p. xxiii). A estes, Nora acrescenta um quarto, exatamente o que deu origem ao projeto dos *lieux*, uma tentativa de escrever a história a múltiplas vozes, de reinterpretar a história da França em termos simbólicos - assim a definindo como uma entidade inteiramente simbólica e rejeitando qualquer redução a fenômenos de outra ordem. Esta história "is neither a resurrection nor a reconstitution nor a reconstruction nor even a representation but, in the strongest possible sense, a 'rememoration' - a history that is interested in memory not as remembrance but as the overall structure of the past within the present: history of the second degree" (NORA, 1996, p. xxiv). Também aqui, há um propósito de afetar a vida: "experience has shown that only such a history, at once scholarly and accessible to the broader public, is capable of responding to the needs of the moment, of reconciling, in France and perhaps elsewhere as well, the requirements of science with the demands of conscience" (NORA, 1996, p. xxiv).

De algumas décadas para cá, os museus parecem refletir uma 'vontade' de multiplicidade do mesmo gênero: "as grandes narrativas nacionais e épicas deixam de exercer a primazia de outrora, quando alicerçaram as práticas discursivas dos grandes museus, para entrarem em cena novos vetores, expressões de uma sociedade cada vez mais polifônica" (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 13). Por outro lado, Reis e Nora - como, aliás, embora numa chave 'anterior' que não necessariamente assume a diversidade de vozes como valor em si, uma miríade de autores, a exemplo do próprio Nelson Werneck Sodré, na apropriação que dele faz Garcia Jr. que observamos antes, e Werneck Sodré um dos "intérpretes" que Reis resgata para a sua galeria, refrações

de refrações -, fazem certa delimitação da polifonia a discursos 'especialistas'. Não negam a possibilidade de outras leituras mas é como se a construção discursiva, não obstante ampla, que cabe apresentar mantivesse uma feição 'disciplinar'; fruto de uma compartimentação de áreas e saberes que define produtores e apropriadores preferenciais.

Tal 'tensão' está igualmente presente nos museus e subjaz escolhas temáticas e montagem de exposições, embora isso não ocorra de forma linear. Luiz Fernando Dias Duarte lembra que os museus de história natural tiveram, "dentre as grandes instituições de memória inventadas na cultura ocidental moderna", uma das tarefas mais difíceis: "faire accorder le projet de production d'une mémoire, en soi neutre, de l'universalité du savoir scientifique aux exigences de promotion particulière des identités nationales modernes" (DUARTE, 2005, p. 21). Desde o século XVIII, dentre as duas dimensões fundamentais do imaginário da nossa cultura, o nacional se impunha de modo claro nas instituições dedicadas às artes e à história; já nos museus voltados para a ciência e a tecnologia a racionalidade universal campeava. Anderman e Simine (2012) apontam a ligação entre o desenvolvimento das ciências naturais e dos museus e a fixação, na segunda metade do século XIX, da imagem institucionalizada da ciência e dos cientistas como profissionais. O caso específico que Duarte aflora é o do Museu Nacional que, como Maria Margaret Lopes (1997) já destacara, foi um dos museus brasileiros mais particularmente atuante e associado à institucionalização das ciências naturais e suas especializações no país. Lopes observa o processo, nas primeiras décadas do século XX, da "perda de prestígio científico que os museus e as suas ciências sofreram, cedendo seu lugar, até sua imagem de templos da ciência, aos institutos de pesquisas, com suas novas práticas de investigação" (LOPES, 1997, p. 292). Esse processo "assinalou o fim do movimento de museus em todo o mundo" e foi "marcado pela consolidação dos institutos de pesquisa, dos laboratórios como os *loci* institucionais prioritários para o desenvolvimento das ciências do século XX" (LOPES, 1997, p. 292). E acrescenta,

assim, apesar de sua importância, os museus, que haviam sido os responsáveis pela catalogação do mundo, foram (...) rapidamente preteridos. A taxonomia que, de eixo central da História Natural, se tornara um ramo menor da Biologia, no entendimento da época, continuou abandonada às pessoas pouco importantes nos museus. As práticas científicas taxonômicas dos museus perderam importância ante as dos laboratórios, limpos, claros, assépticos, abrigando os cientistas em aventais brancos, seus microscópios, seus estudos de seres invisíveis. E nesses novos espaços institucionais será totalmente vedada a entrada do público, mesmo que de elite, pela total perda de sentido, já que não há mais nada que se possa ver ou apreender pelo simples olhar comparativo (LOPES, 1997, p. 335).

O artigo de Duarte se articula essencialmente em torno do papel da noção de "natureza" no agenciamento das combinações particulares presentes na história da razão científica e do ideal nacional: no primeiro caso como referência que é para o conhecimento científico; no segundo, para a 'experimentação' e como "paisagem" de cada país - à qual a própria noção de "cultura" desenvolve formas de acoplagem. Na perspectiva de Duarte, a trajetória do Museu Nacional deve ser lida no âmbito da configuração ideológica mais geral da "natureza nacional"; e poderia servir de eixo para toda uma história das suas exposições, permanentes e temporárias. Mais, "le défi du processus de renouvellement des expositions de l'institution se heurte toujours - parmi d' autres enjeux - à la question du rapport entre l'universalisme de la science et la particularité de la nation (ou des intérêts locaux)" (DUARTE, 2005, p. 36). Aliás, um aspecto central do deslocamento da noção científica de natureza ao longo do século XX é o que contribuiu para que o "fetichismo da natureza fosse trocado pelo fetichismo da própria ciência", como atividade cada vez mais abstrata e universalista; o que, por paradoxal que possa parecer, foi consentâneo com a valorização por diversos países, incluindo o Brasil, embora aqui de forma relativamente discreta, de uma "ciência nacional", em particular no entre guerras mundiais (DUARTE, 2005, p. 37). A própria questão da "natureza nacional" "se desloca rumo a dimensões cada vez mais sutis e sublimadas" e um dos testemunhos disso é o desenvolvimento das ciências humanas, o que, no Museu Nacional, se expressou, a partir da década de 1960, no programa de "antropologia social" do departamento de antropologia, que ganhou grande prestígio, bem como nas mudanças produzidas no interior das áreas do museu dedicadas às ciências naturais e, ainda, na crescente importância imaginária das ciências históricas da natureza, e da paleontologia em particular, patente, por exemplo, na moda dos "dinossauros"; que não escapa a esforços de inscrição na dimensão "nacional", não obstante o abismo temporal que separa o objeto da paleontologia das nações modernas (DUARTE, 2005, p. 38-39). Duarte conclui seu artigo considerando que a "natureza nacional", tema central da história política e científica moderna, continua a ser um dos principais desafios, na base da perplexidade dos museus contemporâneos de história natural, cujo futuro em grande parte dependeria de sua capacidade de "contribuir para as demandas sempre presentes - embora bem mais sutis e complexas - de servir às ambições da razão e ao narcisismo coletivo" (DUARTE, 2005, p. 39).

O desafio vai além das instituições concretas e vale pensar que *Olhar o Céu, Medir a Terra* - de certo modo, até mesmo parte da história do MAST, com a inscrição que *Olhar o Céu* aí tem - se constitui numa 'resposta' à forma atual da questão. Museus de 'caráter nacional' podem continuar a desenvolver pesquisa em áreas

'científicas' mas exatamente naquelas, como Duarte pontua, onde universalização e abstração são exigências menos pungentes e onde, assim, as inserções do 'nacional' - e de suas próprias esferas 'locais' - seriam mais fortes. Neste sentido, a proposta de falar sobre história da ciência e sobre configurações de Brasil exatamente exprimiria aspectos de articulações atuais entre 'ciência' e 'natureza nacional'. Por outro lado, essa construção remete, como se reparou em Reis e em Nora, para instâncias temporais e espaciais múltiplas, que se refratam e projetam umas às outras. O olhar, peculiar, pessoal mesmo, que ensaiei aqui antes, não se situa dentro de fronteiras disciplinares claras; embora certamente não deixe de ser objeto de várias circunscrições. Olhares e falas diversos, oriundos de instâncias variadas - inclusive em termos de maior proximidade com a dimensão racional ou com a dimensão sensória -, são material das práticas e das memórias coletivas, que se imbricam, com todas as projeções temporais associadas. Museus e suas exposições teriam certo caráter de "lugar de memória", cujas feições e sentidos 'especialistas' procuram definir. Aquilo com que aí se aporta vai, todavia, além: é da ordem do coletivo. É uma cristalização relativamente densa, mas não se deve perder de vista sua pertinência a fluxos coletivos, mais tênues mas também bem mais vastos, de recepção, produção, ativação de memória - até para que seu lugar, particular no universal, nos diversos brasis e nos diversos mundos, possa continuar a ser pujante. Uma imensa polifonia, com todas as suas gritantes particularidades, talvez constitua, reconheçamo-lo ou não, o mar onde memórias e representações, inclusive como atualizadas em espaços museais, permanentemente se banham; e cuja maior escuta nos permitirá acessar mais universos possíveis.

5 De possibilidades, de sujeitos - ou à guisa de conclusão

Borges, em artigo recente (2013, p. 2), propõe considerar o museu "como um intelectual (sujeito) coletivo", no sentido gramsciano. Uma das passagens mais conhecidas de Gramsci, constante por exemplo na coletânea de trabalhos publicada no Brasil sob o título *Os intelectuais e a organização da cultura* talvez seja a de que "Todos os homens são intelectuais (...) mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 1982, p. 7). Por outro lado, para ficarmos nesse mesmo texto, Gramsci considera que é parte da utopia social da filosofia idealista a crença dos intelectuais de serem "'independentes', autônomos, revestidos de características próprias" (GRAMSCI, 1982, p. 6). Ao invés disso, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas

'mediatizada', "por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os 'funcionários'" (GRAMSCI, 1982, p. 10). É assim que Borges encara o museu como intelectual, coletivo, e como um AIS - aparelho ideológico de sociedade. Junto com outros aparatos ideológicos, os museus "exercem um papel importante na formação dos sujeitos enquanto cidadãos local e globalmente adequados" e operam "colegiadamente para a ordenação, organização e direcionamento da vida cultural" (BORGES, 2013, p. 3-4). Em termos gerais, nos marcos do capitalismo, "o processo formativo-educativo, ideológica e culturalmente instituinte e exercido pelos AIS, reflete/refrata a sociedade: suas condições materiais de existência, relações sociais, seu imaginário, seu campo simbólico, em suma, sua civilização" (BORGES, 2013, p. 4). É por isso que afirma que é

somente no campo do político e do ideológico – que é tanto ético, cultural e educativo, quanto econômico – que a batalha pela autonomia (logo, pela liberdade e pela destruição-reconstrução das relações sociais) deve ser travada se se quiser, concretamente, produzir mudanças sociais ou revoluções. Com isso e por conta disso, a relação museu, mudança social ou revolução (no/do museu (...)), se não forem levadas em consideração as arenas ideológicas e suas lutas existentes nas sociedades, ficará, no extremo da fantasia ideológica, na ordem da hiância, e, no ponto mínimo da resistência, limitar-se-á à produção de mais um oximoro: a revolução resignada (BORGES, 2013, p. 21).

Terry Eagleton é um dos autores a que Borges recorre para montar seu argumento. Eagleton considera que "as culturas 'funcionam' exatamente porque são porosas, [...] imprecisas, indeterminadas, intrinsecamente inconsistentes, nunca idênticas a si mesmas" (EAGLETON apud BORGES, 2013, p. 60). Analogamente, o outro "nunca é completo, nunca é totalmente determinado por um contexto, mas sempre, em alguma medida, 'aberto', 'fluente'" (EAGLETON, apud BORGES, p. 139). Ainda da mesma forma, acrescenta Borges, o "sujeito, como as culturas e por efeito mesmo da ação inculturativa, não deve ser tratado apenas como dividido, mas como igualmente descoincidente consigo mesmo, ao outro e ao próprio processo social-histórico [...] pelo qual foi inescapavelmente capturado" (BORGES, 2013, p. 6). Slavoj Žižek é outro autor trabalhado. Para Borges, "A fantasia da ideologia não nos dá, de fato, uma versão imotivada da realidade, mas uma versão singularmente elusiva dessa realidade, ou uma realidade elusiva", aspecto associado a que, nos termos de Žižek, "identidade e alienação (...) são estreitamente correlatas" (ŽIŽEK apud BORGES, 2013, p. 10). Nesse sentido, seria preciso reconhecer que o museu não é capaz de fomentar a autonomia, como percebida por Gramsci e Paulo Freire, na "radicalidade cognitiva, ética e política" com que Borges a define: "a consciência crítica que o sujeito tem de si, como suficientemente capaz e, dessa forma, não ser, no limite, determinado

por nada que lhe seja exterior: religião, seres ou ideias transcendentais, sistema político etc" (BORGES, 2013, p. 9). Na verdade, para Borges, "autonomia e modo capitalista de produção e civilização são não apenas contraditórios, mas inconciliáveis. No máximo, podem associar-se retoricamente na forma de oxímoro" (BORGES, 2013, p. 9-10). Isto se liga a que os vínculos entre museu, sociedade e seus visitantes sejam sempre fetichizados, com seu corolário de dissimulação. Pode-se estender estas noções à multitude de relações que se estabelecem: do sujeito consigo próprio, com seu tempo, suas memórias, seus outros; de entidades sociais, em si esparsas, com outras; até entre 'materialidades', como o lugar, a cidade, o nacional, e o jogo de representações e poderes que lhes são associados; e, ainda, entre essas várias esferas, que estão longe de providas de 'autonomia', para usar o *jeu de mots*. Borges vai a Spinoza, para depois voltar a citar Žižek: "o nível fundamental da ideologia, entretanto, não é de uma ilusão que marcará o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia [inconsciente] que estrutura nossa própria realidade social" (ŽIŽEK apud BORGES, 2013, p. 11) - o que de certa forma constituiria uma reatualização da perspectiva de Althusser de que "não há o fora da ideologia, mas apenas uma sucessão de ideologias que, de forma multiencaixada, deslocam-se, se metamorfoseiam e se naturalizam como normalidade" (BORGES, 2013, p.11). O próprio Žižek, contudo, abre brechas para possibilidades de existência dos sujeitos, e de míriades de entidades, na conformação de mundo como se nos coloca:

Devemos aqui abandonar a metáfora padrão do Real como a Coisa aterradora que não se é capaz de enfrentar cara a cara, como o Real definitivo oculto sob camadas de véus imaginários e/ou simbólicos: (...) - a Coisa Real é um espectro fantasmático cuja presença garante a consistência de nosso edifício simbólico, permitindo-nos evitar sua inconsistência constitutiva ('antagonismo').

(...) Talvez, então, o melhor lema para a análise contemporânea da ideologia seja a linha citada por Freud no início de *A interpretação dos sonhos: Acheronta movebo* - se não se pode mudar o conjunto explícito de regras ideológicas, pode-se tentar mudar o conjunto subjacente de regras obscenas não escritas (ŽIŽEK 2003, p. 46-47).

Aliás, pode-se associar esta leitura a outra passagem clássica do texto mencionado de Gramsci, onde afirma que "não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*" (GRAMSCI, 1982, p. 7) e que todo homem "participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar" (GRAMSCI, 1982, p. 7-8), o que vincula à proposta do modo de ser do novo intelectual, inclusive como promovida pelo semanário *Ordine Nuovo* de que, como se sabe, foi redator, e base do modelo de escola que vai explanar na parte

II d'Os *intelectuais e a organização da cultura*¹⁰. A proposta de ajudar a "desenvolver certas formas de novo intelectualismo" e "determinar seus novos conceitos" caberia por corresponder a "aspirações latentes" e por ser "adequada ao desenvolvimento das formas reais de vida" (GRAMSCI, 1982, p. 8). Para Gramsci, "O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência (...), mas num imiscuir-se ativamente na vida prática", alguém que "eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica" (GRAMSCI, 1982, p. 8). O cenário e o momento - intelectual, se é que essa qualificação tem cabimento - de Gramsci e de Žižek talvez não sejam tão distintos quanto poderia parecer; do mesmo modo que, cabe ao menos imaginar, as possibilidades - com suas dimensões éticas e vivenciais - de ação dos sujeitos no mundo que propõem. Mais, penso que o movimento de Borges no seu artigo também permite uma leitura nessa direção. A dada altura, sugere que reflitamos a partir da metáfora do espelho, distinguindo entre o espelho de Narciso e o estágio ou fase do espelho, quanto ao que recorre a Lacan. O espelho de Narciso, quando "faz-se uma unidade entre sujeito investidor e coisa investida", aponta "para a supressão do processo histórico e, conseqüentemente, do processo social formativo-educativo". Pode, sugere Borges, ser associado a certos museus, "glorificantes, autoculturadores, consagradores e até mesmo encomiásticos" (BORGES, 2013, p. 13). A questão central, todavia, é que "todo espelho social não apenas reflete. Na condição de signo, ao refletir, refrata, desloca, produz novos efeitos de sentido". A maioria dos museus deveria ser pensada mais em relação ao "estágio ou fase do espelho". Borges recorre a Bakhtin, que já referira antes no texto, para encarar esta fase como uma onde "a sociedade se reflete, refratando-se, em parte como ideal do eu e em parte como distorção desse ideal do eu"; "é justamente nesse intervalo que se insere a crítica e também a possibilidade de mudanças" (BORGES, 2013, p. 15).

O discurso museal "produz uma memória musealizada", realiza, "em diversos níveis, formas de musealização da memória, processo mediante o qual o museu propõe aos visitantes sentidos para a realidade", musealização essa que é "um recurso poético-ideológico que tem a ver com a hegemonia". Tal posição do museu, contudo, destaca, "não invalida o fato de que o sentido (a cognição, a interpretação) ocorre na mediação e na interseção entre os diversos agentes do processo histórico"

¹⁰ Talvez valha a pena mencionar a defesa de István Mészáros da "educação autoeducadora", à qual atribui um papel, no "difícil período de transição", que tem forte analogia com a proposta de Gramsci:

a *transição* bem-sucedida é um processo histórico vital, que se desdobra no interior da dialética sustentável de continuidade e mudança. (...) O papel autônomo da educação autoeducadora na apreensão e na adequada adaptação dos expedientes mediadores da sociedade de transição é o construtor necessário da continuidade positiva. Ele é a *história viva*, conforme se desdobra na direção do futuro escolhido e, ao mesmo tempo, o modo consciente de os indivíduos viverem sua própria história no difícil período de transição (MÉSZÁROS, 2008, p. 122).

(BORGES, 2013, p. 16). Borges afirma ainda que "a política (ou a educação, o que, nos termos [...] adotados, significa a mesma coisa)" é o "principal componente do *ontos* social", premissa ausente das afirmações valorativas e característica da falta de "postura crítica primordial" corrente dos museus (BORGES, 2013, p. 20). Isto não impede que se reconheçam as posições de protagonismo e as contribuições em termos de dignidade humana, ligadas à "atuação político-educativa dos museus em prol de comunidades as mais diversas" (BORGES, 2013, p. 20-21). Coerentemente, Borges afirma que, "para que o intelectual museu atinja, de fato, sua museidade, é fundamental que exerça a crítica de seu campo discursivo e ultrapasse-o, superando-o"; o que não pode ocorrer no interior do capitalismo, inclusive porque, como já se observou, "capitalismo e liberdade e autonomia não se conjugam" (BORGES, 2013, p. 23-4). A condição mesma para ser agente da mudança, ir além da explicação do mundo e ingressar na sua transformação, é "expor à crítica a ilusão fundante e superá-la dialeticamente, o que, afinal, significa ultrapassar historicamente - logo, cultural, ideológica e discursivamente - o *nec plus ultra* do modelo civilizatório capitalista" (BORGES, 2013, p. 24).

No "Posfácio" a *Bem-vindo ao deserto do real!* de Žižek, Vladimir Safatle insiste na centralidade que a "articulação entre sujeito e negação", oriunda da perspectiva lacaniana, tem para Žižek, como quando este afirma que "o sujeito é inerentemente político no sentido que 'sujeito' (...) denota uma partícula de liberdade, já que ele não fundamenta suas raízes em uma substância firme qualquer, mas que se encontra em uma situação aberta" (ŽIŽEK; apud SAFATLE, 2003, p. 183). Noutros termos, o "sujeito é aquilo que nunca é totalmente idêntico a seus papéis e identificações sociais" (SAFATLE, 2003, p. 183), donde a crítica de Žižek a toda política da identidade, como parte do jogo do capital, e, ao mesmo tempo, sua ideia da negação como "via para a fundação de um universal não substancial". Assim é que, "contra uma política das identidades", propõe "uma política da universalidade da inadequação", que estaria associada a defender que a "negatividade do sujeito deve ganhar a forma de uma violência criadora capaz de romper o ordenamento jurídico", que não se restringiria, todavia, a uma "simples paixão de purificação", nos moldes, por exemplo, que Habermas associa a Carl Schmitt (SAFATLE, 2003, p. 184-6). A paixão pelo Real, de que o livro de Žižek posfaciado por Safatle trata, que teria animado toda a história do século XX, seria uma "paixão estético-política pela ruptura, niilismo ativo apaixonado pela transgressão, pela radicalidade da violência como signo do aparecimento de uma nova ordem cujo programa positivo nunca foi exaustivamente tematizado". A "astúcia dialética" de Žižek lhe teria permitido "demonstrar como tal

paixão pelo Real inverteu-se necessariamente em seu contrário anulando seu verdadeiro potencial corrosivo"; e, assim, "a violência criadora da política do Real normalmente acabou por acomodar-se à produção da imagem teatral de aniquilação" (SAFATLE, 2003, p. 186-7). Isto é o que leva Žižek a afirmar que "o problema com a 'paixão pelo Real' do século XX não é o fato de ela ser uma paixão pelo Real, mas sim o fato de ser uma paixão falsa em que a implacável busca do Real que há por trás das aparências é o *estratagema definitivo para evitar o confronto com ele*" (ŽIŽEK, 2003, p. 39; SAFATLE, 2003, p. 187).

Safatle considera que é muito importante atentar para o modo como Žižek recupera a temática da crítica da ideologia, para reatualizá-la com uma "mutação do próprio sentido de 'crítica'" e na aproximação do conceito de ideologia de elaborações psicanalíticas, de modo que "fantasia transforma-se em categoria central do político" (SAFATLE, 2003, p. 187). Para Safatle, o que Žižek fez foi "insistir na existência de uma *fantasia social* que estrutura a determinação do valor e da significação da realidade socialmente compartilhada. Fantasia social capaz de produzir uma 'objetividade fantasmática' que tem um nome próprio: ideologia" (SAFATLE, 2003, p. 188). Uma das consequências que daí decorre é o abandono da concepção de ideologia como construção reificada e o encarar da fantasia como "modo de defesa contra a impossibilidade de totalização integral do sujeito e de seu desejo em uma rede de determinações positivas". A crítica da ideologia passa então a ser feita "em nome dos direitos universais da negação no interior da esfera do político" (SAFATLE, 2003, p. 189) e é por isso que Žižek (apud SAFATLE, 2003, p. 189) afirma que "a ideologia não é tudo; é possível assumir um lugar que nos permita manter distância em relação a ela, mas esse lugar de onde se pode denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positiva determinada". A implicação que Safatle retira é que só "um discurso negativo poderia, pois, escapar da ideologia" - o que não significa uma adesão ao niilismo. Chama Claude Lefort para lembrar que "o único discurso feito em nome da invenção democrática contra o totalitarismo das construções ideológicas é o discurso de defesa do lugar do povo como um lugar vazio que nunca pode ser corretamente preenchido". Nos termos de Lefort: "A legitimidade do poder funda-se sobre o povo; mas à imagem da soberania popular junta-se a imagem de um lugar vazio, impossível de ser ocupado, de tal modo que os que exercem a autoridade pública não poderiam pretender apropriar-se dela" (LEFORT apud SAFATLE, p. 190). Safatle (2003, p. 190-191) conclui: "assim, a verdadeira política do Real não é aquela animada pela tentativa violenta de purificação de toda opacidade do social, mas é aquela feita em nome da

irredutibilidade dos antagonismos que fundam a experiência do político". Já Lefort, a propósito do Estado democrático, apresenta-o como "teatro de uma contestação cujo objeto não se reduz à conservação de um pacto tacitamente estabelecido, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente". E acrescenta: "desenvolveu-se assim sobre a base dos direitos do homem toda uma história que transgredia as fronteiras nas quais o Estado pretendia se definir, uma história que continua aberta" (LEFORT, 2011, p. 75).

André Rocha associa diretamente a profundidade da proposta de Lefort à de Gramsci e afirma:

Lefort nos convida a pensar as diferenças radicais entre a política democrática e a política totalitária, entre uma 'lógica democrática' e uma 'lógica totalitária' de organização das instituições políticas. Ora, essas 'lógicas' são encarnadas, não são abstrações discursivas, elas são processos históricos particulares. Para apreendê-las (...) é preciso uma verdadeira prática interrogativa, uma prática que interroga a si mesma em seu contexto. Para compreender essas lógicas, é preciso abrir-se à indeterminação do presente, à percepção do movimento histórico que nos ultrapassa e que nos conserva pelo sentido do nosso trabalho e das nossas práticas (ROCHA, 2011, p. 54).

Marilena Chauí (2011, p. 40) acrescenta mais uma dimensão, a das possibilidades e escolhas - agônicas? - envolvidas na proposta de Lefort com seu próprio trabalho, para quem "o enigma da obra" "está em existir simultaneamente no texto do escritor e nos textos de seus leitores, no campo constituído por eles e no debate fecundo e interminável que aí se institui". A "concepção generosa do pensamento" é a da obra que "instaura um modo de existência como diferença interna entre escrita e leitura que abre o pensar, em vez de fechá-lo sobre si mesmo" (CHAUÍ, 2011, p. 40). Há, todavia, outra senda, associada, nos termos de Lefort, a "um obscuro desejo de dominação". Como Chauí explana,

a 'objetividade' atribuída à obra permite ao leitor situar-se num lugar imaginário, fora do campo de pensamento a ele oferecido, num lugar de onde possa contemplá-la inteiramente, abarcando todas as perspectivas, num geometral onividente e por isso onisciente. Ora, curiosamente, esse lugar 'alto', externo, de onde tudo é visto e compreendido, não é apenas o lugar que nossa ciência atribui ao observador, é também o lugar que, em nossas sociedades, a imaginação confere ao poder. A 'objetividade' atribuída à obra, parecendo dar-lhe plena soberania sobre o simples leitor, é, de fato, sustentada pela subjetividade soberana do contemplador, imaginário. Dependerá do leitor escolher o tipo de leitura que pretende fazer (CHAUÍ, 2011, p. 40-1).

"Museu, patrimônio, tempo e lugar na cidade: construções, representações, memórias e identidades" é o título do presente dossiê da **Museologia e patrimônio**. Sujeitos e possibilidades são aquilo que escolhi para a seção de fecho deste artigo e

creio que a inter-relação é 'real', para brincar com o nome do livro de Žižek, ao ajudar a viabilizar introduzir de modo mais claro a dimensão da política. Sujeitos conformados é expressão que pode ser lida tanto a partir de uma certa 'interioridade', certa escolha, como sob a forma de um resultado, de uma pressão externa; a ligação entre as duas esferas sempre suposta. Isto aplicar-se-ia tanto ao museu como intelectual (sujeito) coletivo de que Borges nos fala como aos sujeitos (intelectuais) no sentido mais corriqueiro. Podemos aceitar a existência de barreiras intransponíveis nos limites do capitalismo, mas isso tampouco nos deve conduzir a esquecer a batalha por (certa) autonomia e as possibilidades de exercício não conformado que a própria postura crítica diante da(s) ideologia(s), do Real, e do Ser e Estar, nos faculta.

Porosidade, imprecisão, indeterminação, inconsistência; fluência e fluente do outro; sujeito descoincidente consigo mesmo; signo que refrata, desloca, produz novos efeitos de sentido - são características, aspectos, associados ao exercício do estar no mundo e, pois, a possibilidades de um estar mais digno, mais afim com uma postura que respeite a incerteza como fundação última de qualquer discurso, de qualquer ordem - ligado a representações, memórias, identidades. No tempo que nos cabe viver, liga-se ao lugar que se pode conferir ao(s) outro(s) e a si, sejam eles sujeitos, museus, cidades, mundos e, talvez sobretudo, projeções de mundos a permanentemente desenhar e desejar, nesse universo sempre mutante. Sujeito e negação, sujeito político, partícula de liberdade, situação aberta, potencial corrosivo, violência criadora, não evitação do confronto com o vazio do real, direitos universais da negação no interior da esfera do político, defesa do lugar do povo como um lugar vazio, irreducibilidade dos antagonismos que fundam a experiência do político, contestação a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente... correspondem a poderes que vão além dos desenhos e saberes que hegemonias tanto tentaram e tentam fixar, através de lugares de memória, definições de identidades e, já agora, ciências; construções e representações que se se correlacionam ainda com as expressas na 'materialidade', do próprio museu, do patrimônio, nos tempos e lugares da cidade. A história transgressora, que continua aberta, opõe (e, a nível profundo, interliga) a lógica democrática e a lógica totalitária. Trata-se sempre de uma lógica encarnada, o que quer dizer que cabe aos sujeitos, no seu tempo e lugar, a possibilidade de ter uma prática que interroga e que lhes permite deixar uma marca na indeterminação do presente. Por sua origem etimológica, agônico é o que não tem ângulos. Na definição corrente, é também o respeitante a agonia, e linha agônica é aquela que, numa carta ou mapa, junta pontos de declinação magnética zero. A falta de ângulos, certezas, abstrações onde nos ancorar, pode ser

fonte de angústia, mas é também possibilidade de exercício e de defesa de um debate fecundo e interminável, permanente, de todos, consigo, com os outros, com os mundos. Ao invés do poder associado ao lugar da objetividade, no alto e fora, podemos então pensar - e projetar - universos de todos em múltiplos planos, dentro, no meio das construções, representações, memórias e identidades.

Referências:

- ABREU, Regina. Memória, história e coleção. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 28, p. 37-64, 1996.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 11-14.
- ANDERMANN, Jens; SIMINE, Silke Arnold-de. Introduction - museums and the educational turn: history, memory, inclusivity. **Journal of educational media, memory and society**, v. 4, n. 2, p. 1-7, 2012.
- AUGUSTO, Cláudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. SP: Ed. Unesp, 2011.
- BAKEWELL, Sarah. **Como viver ou Uma biografia de Montaigne em uma pergunta e vinte tentativas de resposta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- BORGES, Luiz Carlos. O intelectual museu às voltas com seus oximoros. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013. Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. Apresentação. In: LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 37-41.
- CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. V. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- D'EÇA, Vicente M. M. C. Almeida. Comemoração do Centenário Henriquino. **O Infante D. Henrique e A Arte de Navegar dos Portuguezes**. (Conferência feita em 19 de fevereiro de 1894). Lisboa: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/24533/24533-h/24533-h.htm> . Acesso em: 9 jul. 2010.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. La nature nationale: entre l'universalisme scientifique et la particularité symbolique des nations. **Civilisations: Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines** - Museums, collections, interpretations, v. 12, n. 2, p. 21-44, 2005.
- GARCIA Jr., Afrânio R. O Brasil como representação: leitura crítica de 'O que se deve ler para conhecer o Brasil' de Nelson Werneck Sodré. **Comunicação**, n. 6, p. 1-39, 1981.
- GEERTZ, Clifford. 'Do ponto de vista dos nativos': a natureza do entendimento antropológico. In: _____. **O saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 85-107.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- INFOPÉDIA. Adesão de Portugal à CEE. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$adesao-de-portugal-a-cee](http://www.infopedia.pt/$adesao-de-portugal-a-cee) . Acesso em 01 nov. 2013.
- LEFORT, Claude. Direitos do homem e política. [1979]. In: _____. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 59-86.
- LEITÃO, Henrique. Apresentação. In: 360° CIÊNCIA DESCOBERTA (Exposição). Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. Disponível em: <http://abrancoalmeida.com/artes/exposicoes/360o-ciencia-descoberta/> . Acesso em 02 jul. 2014.
- LEITE (S.I.), Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. III. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1955.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Acervo Arquitetônico**. Disponível em: http://www.mast.br/acervos_arquitetonico_museologia.html . Acesso em: 31 out. 2013.

MÉSZÁROS, István. Educação: o desenvolvimento contínuo da consciência socialista. In: _____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 79-124.

MONTAIGNE, Michel de. [1580]. **Ensaaios**. Rio de Janeiro: Ediouro, 19__.

MONTEIRO DA ROCHA, José. **Sistema físico-matemático dos cometas**. Composto por ocasião de um que foi visto no ano de 1759 na Cidade da Bahia.. Rio de Janeiro: MAST, 2000. (Edição atualizada, introdução e apêndice, editada por Carlos Ziller Camenietzki e Fábio Mendonça Pedrosa).

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico - um século de história (1827-1927)**. Rio de Janeiro: MAST / Salamandra, 1987.

NORA, Pierre. *From Lieux de mémoire to Realms of Memory: Preface to the English-language edition*. In: _____. (Dir.). **Realms of memory: rethinking the French past**. New York: Columbia University Press, 1996. p. xv-xxiv.

PAZ, Octavio. **Claude Lévi-Strauss ou o novo festim de Esopo**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

PELICANO, Sara. “360° - Ciência Descoberta”, uma exposição sobre a história da ciência. **Ciência Hoje**, 07 fev. 2014. Disponível em: <http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=56930&op=all> . Acesso em: 06 fev. 2014.

PESSOA, Fernando. **Obra poética I: Mensagem**. Porto Alegre: P&PM, 2009.

PINHEIRO Fº, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**, n. 61, p. 139-155, 2004.

PORTELA, Irene. *Novos Mundos ao Mundo: tentativa de análise de alguns aspectos relacionados aos Descobrimentos portugueses*. (Trabalho para disciplina de curso de mestrado). mimeo. 1982.

_____. **Dos brasileiros, da civilização e de África**: um estudo antropológico da identidade nacional portuguesa na segunda metade do século XIX. 1992. Dissertação (Mestrado) - Museu Nacional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, André. Introdução: dialética e democracia. In: LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 43-55.

RODRIGUES, Teresinha de Jesus Alvarenga. **Observatório Nacional 185 anos - protagonista do desenvolvimento científico-tecnológico do Brasil**. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2012.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio: a política do real de Slavoj Žižek. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do Real!** cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 179-191.

SARDAR, Ziauddin; Van LOON, Borin. **Introducing science**. Cambridge: Icon Books, 2001.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **História do Observatório Nacional**: a persistente construção de uma identidade científica. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007.

VIEIRA, Padre António. *A Voz de Deus ao Mundo, a Portugal e à Bahia*. Juízo do cometa que nela foi visto em 27 de outubro de 1695 e continua até hoje, 9 de novembro do mesmo ano. **Obras escolhidas**. Lisboa: Sá da Costa, 1952.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do Real!** cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Submetido em:

Aceito em: 22.08.2014